

MAGGI: Juros do Plano Safra devem ser mais baixos com inflação e Selic caindo

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, disse nesta segunda-feira que é “evidente” que os juros do Plano Safra 2017/18 devem ser mais baixos com a inflação e a taxa Selic em queda. “Isso já está sendo discutido e deve ser uma espécie de ‘gatilho’ para a produção”, afirmou Maggi, durante o lançamento do programa Agro+, em São Paulo, nesta segunda-feira.

Questionado sobre a venda de terras a estrangeiros no Brasil, o ministro disse que não participou das últimas reuniões sobre o assunto, mas ressaltou que isso está no radar do governo. “Eu já deixei claro que não sou contra”, destacou Maggi. O ministro voltou a reforçar, entretanto, que devem haver algumas regras para liberação, como para culturas anuais, como soja e milho. Na semana passada, o ministro já havia manifestado o receio de que fundos estrangeiros possam adquirir parcela substancial da área destinada a essas culturas e, em determinado ano, em função dos preços mais baixos no mercado internacional, decidam não plantar.

Fonte: Broadcast – 20/02/2017.

Efeito da redução de juros para o consumidor demora ao menos oito meses

A iminente redução da taxa básica de juros (Selic) na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), que começa amanhã, terá impactos pelos próximos oito meses. Esse é o período médio para que os bancos repassem para linhas de financiamento o corte da taxa referencial. É o que mostra um estudo da assessoria econômica da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul).

A pesquisa leva em conta cinco linhas de crédito, sendo três para famílias e duas, para empresas: crédito pessoal não consignado; cheque especial; aquisição de veículos; desconto de duplicatas; e capital de giro. A maior parte do choque é absorvida nos três primeiros meses, sendo que o ciclo de distribuição do impacto perdura até o oitavo mês após a decisão do Copom.

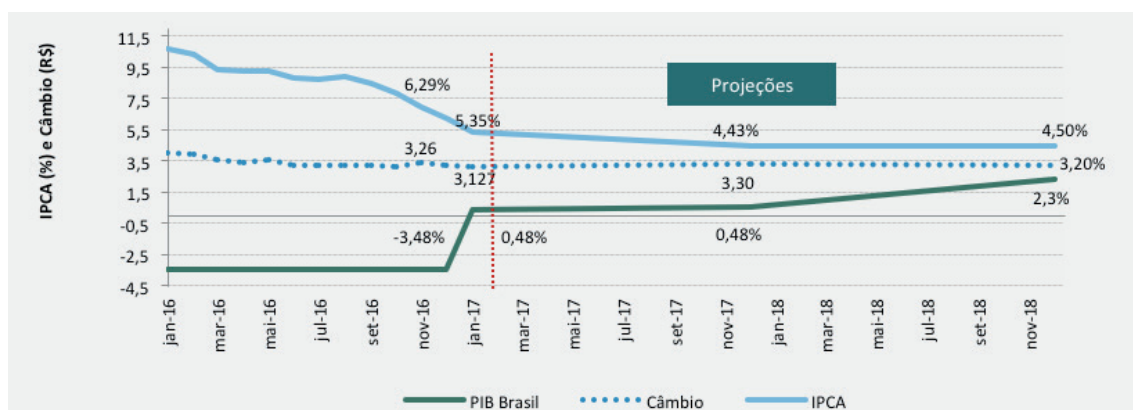
É o caso do cheque especial. Nessa modalidade, 55% do impacto se concentra no primeiro trimestre após a deliberação do Copom. Mas o efeito ainda leva outros cinco meses para ser completamente consolidado. O rateio dos impactos da variação da Selic tem velocidade maior na modalidade de crédito para aquisição de veículos. Nos dois primeiros meses, 66% da redução é absorvida pelas instituições financeiras. Em 90 dias, o nível chega a 82%, mas o ciclo dura por outros quatro meses.

Para pessoas jurídicas, a velocidade de absorção também é rápida. Diferentemente dos créditos para pessoa física, a linha de desconto de duplicatas tem a maior proporção do choque assimilada no primeiro mês, com um impacto de 34%. Em três meses, 73% são racionados.

O economista-chefe da Farsul, Antônio da Luz, atribui o efeito mais rápido sobre a linha de pessoa jurídica à expectativa de menor risco. “A relação das empresas com os bancos é melhor. É mais estável e apresenta menos riscos do que em relação às famílias. São menos fatores levados em conta na concessão”, sustenta.

Fonte: Correio Braziliense – 20/02/2017.

Figura 1– Crescimento do produto, Inflação e Taxa de Câmbio: Evolução em 2016 e projeções para 2017 e 2018



Fonte: Banco Central do Brasil (17/02/2017).

Atividade Econômica (janeiro/2016)

O ano de 2017 teve início com uma perspectiva mais otimista sobre o desempenho da atividade econômica brasileira. Apesar disso, essa reversão dos indicadores deve ter início apenas no segundo semestre. Por hora, além da comemorada estabilidade do PIB, a boa notícia é de inflação menor que as projeções mais otimistas. Tal desinflação, somada à significativa apreciação cambial tem levado a projeções progressivamente mais otimistas quanto ao ritmo de flexibilização monetária por parte do COPOM. Depois de uma queda de 0,75p.p. na última reunião do Comitê, parte importante do mercado, embora não maioritária, já aposta em queda de 1p.p para a próxima reunião no dia 22/02.

Expectativas Macroeconômicas	2017	2018
PIB (% ao ano)	0,48	2,30
PIB (% ao ano)	3,20	3,40
Taxa SELIC – fim do período (% ao ano)	9,50	9,00
IPCA (% ao ano)	4,43	4,50
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	51,45	55,00
Produção industrial (% crescimento)	1,00	2,10
Saldo em conta corrente (US\$ bilhões)	-26,50	-35,30
Investimento estrangeiro direto (US\$ bilhões)	71,00	75,00
Balança comercial (US\$ bilhões)	47,30	40,00

Fonte: Relatório Focus/Banco Central do Brasil (17/02/2017).

Câmbio (janeiro/2017)

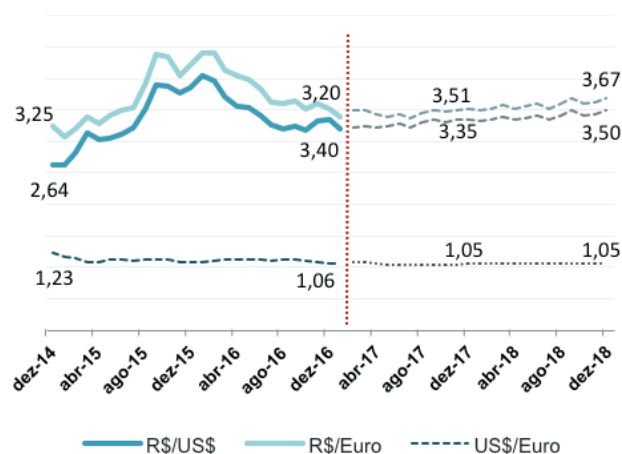
O ano de 2016 foi marcado por significativa apreciação do Real frente ao Dólar e ao Euro. Essa trajetória de apreciação se fez presente também em janeiro de 2017.

Entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017 a apreciação do Real frente ao Dólar foi de 21% na cotação média do câmbio (de R\$4,05 para R\$3,20). A do Real frente ao Euro foi de 22,8% (de R\$4,40 para R\$3,40). Já a apreciação do Dólar frente ao Euro foi bem mais modesta, apenas 2,45%, partindo de US\$1,09 e encerrando o ano a US\$1,06.

Na comparação com o mês anterior (dezembro/2016), o Real ganhou 4,54% de valor em relação ao Dólar e 3,75% em relação ao Euro. Já a cotação Dólar/Euro ficou praticamente estável, com depreciação de 0,59% do Dólar frente ao Euro.

As projeções apontam que as cotações médias do Dólar e do Euro devem encerrar 2017, respectivamente a R\$3,35 e a R\$3,51. Já a projeção para a cotação média dólar-euro é de US\$ 1,05.

Figura 2: Taxa de Câmbio Média de Período – 2015/16 e Projeções 2017/18



Fonte: Banco Central do Brasil/ LCA Consultores (2017).

*A partir de fevereiro de 2017 dados projetados pela LCA Consultores.

Balança Comercial (janeiro/2016)

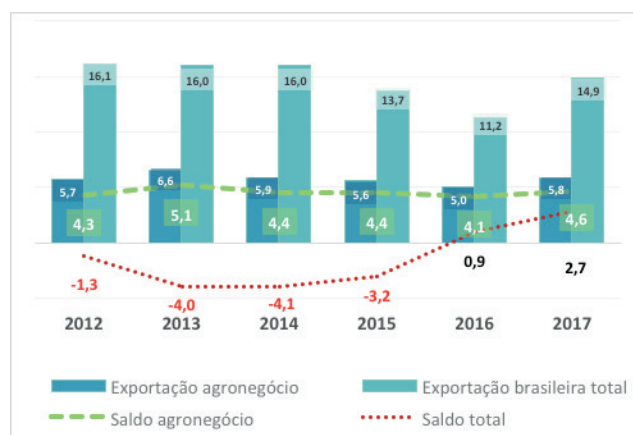
O ano de 2017 começou com a balança comercial brasileira apresentando um superávit de US\$ 2,7 bilhões. Esse superávit externo brasileiro, significativamente maior que o observado em janeiro de 2016, é resultado do superávit comercial do agronegócio que alcançou US\$4,6 bilhões em janeiro de 2016 (39,05% do total das exportações brasileiras), e sobrepôs-se ao déficit comercial de US\$1,9 bilhões dos demais setores da economia brasileira.

Cabe ainda destacar que tanto as exportações brasileiras como as associadas ao agronegócio cresceram comparativamente a janeiro de 2016. Para a economia como um todo esse aumento foi de 32,7% e para o agronegócio, 17,1%.

Os principais destinos, em janeiro de 2017, das exportações do agronegócio brasileiro foram: União Europeia (23%), China (15%), Estados Unidos (9%), Arábia Saudita (3%) e Irã (3%). As exportações para os demais países representaram 47%.

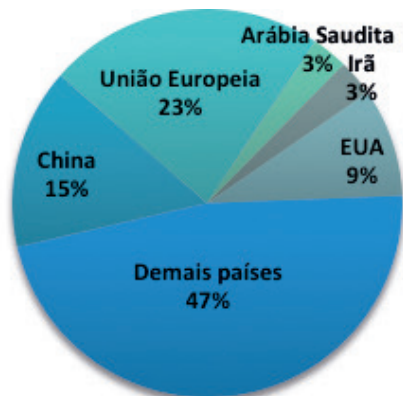
Já na segmentação por produtos os mais importantes foram: Açúcar de cana (16%), Celulose e Carne de Frango (10% cada), Farelo de Soja (9%), Café verde e café torrado (7%). Os demais produtos corresponderam a 48% do total de receitas com exportações de produtos do agronegócio, em janeiro de 2017.

Figura 3: Balança comercial brasileira janeiro de cada ano (US\$ bilhões e Participação no Total)



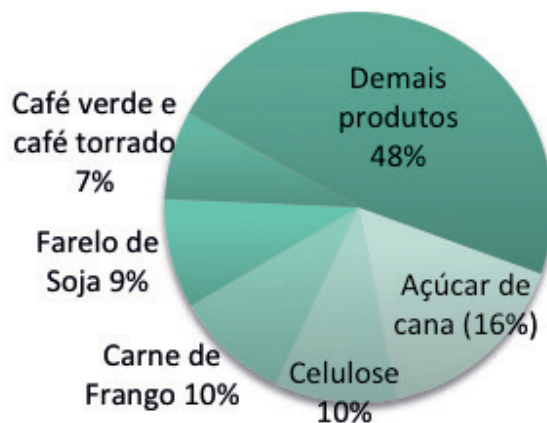
Fonte: Aliceweb (MDIC) Agrostat (MAPA).

Figura 4: Principais destinos das exportações do agronegócio brasileiro em janeiro de 2017 (US\$ bilhões)



Fonte: Agrostat (MAPA).

Figura 5: Principais produtos do agronegócio brasileiro exportados em Janeiro de 2017 (US\$ bilhões)



Fonte: Agrostat (MAPA)

Juros (janeiro/2017)

O corte de 0,75p.p na taxa SELIC realizado na primeira reunião, de 2017, do Comitê de Política Monetária do BACEN (COPOM) consolidou e aprofundou o processo de flexibilização monetária, iniciado em outubro de 2016 e pautado até então por reduções de 0,50p.p na taxa SELIC.

Dado o ritmo surpreendente de desinflação em curso na economia brasileira, juntamente com a contínua apreciação cambial, o mercado já repercute a possibilidade de um corte ainda maior, de até 1p.p, para a SELIC na próxima reunião do COPOM, em 21-22 de fevereiro.

Figura 6: Taxa de Juros no Brasil – 2015/16 e Projeções para 2017



Fonte: Banco Central do Brasil; LCA Consultores (2016).
*A partir de fevereiro de 2017 os dados são projeções calculadas pela LCA Consultores.

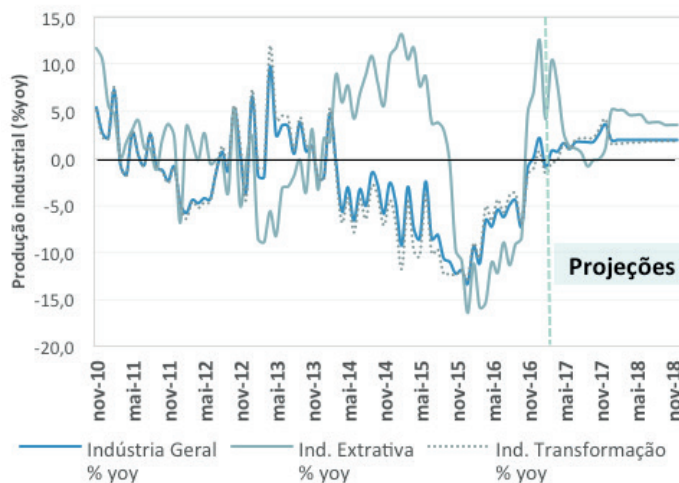
As projeções mostram redução contínua da taxa básica de juros alcançando 11% no 1º semestre de 2017, e 9,50% no final do ano.

Produção Industrial (dezembro/2016)

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE), o desempenho da produção industrial mostrou relativa melhora em dezembro/2016. Os resultados da indústria geral e da indústria de transformação foram os melhores desde fevereiro de 2014, embora ainda indiquem crescimento zero no primeiro caso e retração mensal de 1,2 no segundo. Já a indústria extrativa mostra um crescimento mais robusto, com variação positiva de 6,9% frente a dezembro de 2015.

A LCA Consultores projeta que a indústria geral e a de transformação voltarão a crescer de modo contínuo, respectivamente em março (0,7%) e maio (10,3%) de 2017 comparativamente ao mesmo período de 2016. Já a indústria extrativa vem, desde novembro de 2016 apresentando resultados positivos, o que interrompeu uma sequência de 13 resultados mensais de desempenho negativo.

Figura 7: Produção Industrial no Brasil – 2010/2016 e Projeções 2017/18



Fonte: LCA Consultores (2016).
*Os dados a partir de janeiro de 2017 são projeções da LCA Consultores.

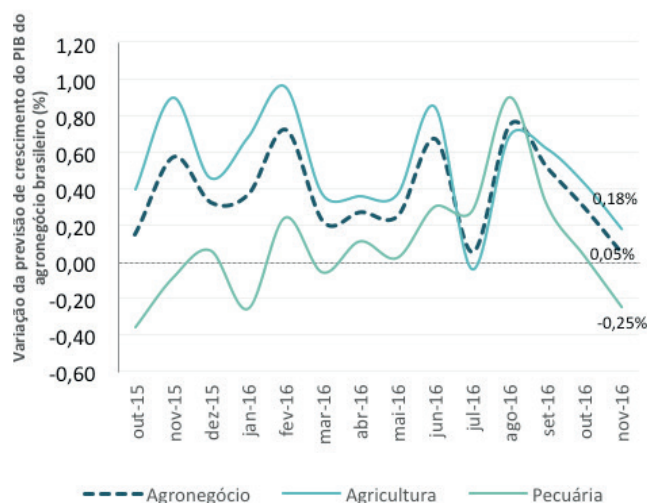
Produto Interno Bruto do Agronegócio (outubro/2016)

O PIB do agronegócio calculado para novembro de 2016 cresceu 0,05%, em relação ao mês anterior. No acumulado do ano (jan-nov), a alta foi de 4,39%.

O resultado positivo, no acumulado do ano, está relacionando ao crescimento de todos os segmentos (insumos, primário, indústria e serviços) e reflete mais o crescimento da agricultura (5,6% no acumulado dos 11 primeiros meses de 2016) comparativamente ao crescimento, da pecuária, que foi de apenas 1,82% no mesmo período.

Já o desempenho do mês de novembro (0,05%) revela que o crescimento esteve circunscrito basicamente ao segmento agrícola (0,18%) sendo que apenas o segmento de insumos observou retração (-0,17%). Já na pecuária, em novembro apenas no segmento primário houve expansão (0,26%). Todos os demais segmentos encerraram novembro com retração: insumos (-0,06%), indústria (-0,98%) e serviços (-0,50%).

Figura 8: Produto Interno Bruto do Agronegócio no Brasil: nov/2015 a nov/2016



Fonte: CNA; Cepea/USP (2016).

Índice de Confiança do Agronegócio (4º trimestre de 2016)

O Índice de Confiança do Agronegócio chegou a 104,4 no quarto trimestre de 2016, queda de 1,9 pontos em relação ao trimestre anterior, e alta de 20,1 pontos na comparação com o mesmo período de 2015. Apesar dessa queda relativa no último trimestre, o resultado acima de 100 pontos demonstra que permanece, segundo a OCB e FIESP, o otimismo evidenciado pelo mercado ao longo de 2016.

O atual patamar do índice de confiança é idêntico ao patamar que encerrou o ano de 2013 e, portanto, antes do pessimismo atingir o setor do agronegócio. 🌱

Figura 8: Produção Interno Bruto do Agronegócio no Brasil: out/2015 a out/2016

Período	Índice de confiança do agronegócio	Antes da porteira	Produtor Agropecuário	Depois da porteira
2016/2	102.1	101.8	103.5	100.7
2016/1	82,6	73,3	91,9	77
2015/4	84.3	67.8	88.4	87.1
2015/3	82.4	73.3	85.9	82.7
2015/2	82.8	66.0	86.6	85.8
2015/1	85.5	73.6	87.7	88.1
2014/4	93.5	88.6	97.5	91.6
2014/3	89.3	78.7	93.3	89.7
2014/2	91.8	94.1	93.7	88.9
2014/1	102.7	101.9	97.1	108.7
2013/4	104.4	109.8	97.4	109.3

Bruno Barcelos Lucchi - Superintendência Técnica

NÚCLEO ECONÔMICO:

Renato Conchon - Coordenador

Fernanda Schwantes - Assessora Técnica

Paulo André. Camuri - Assessor Técnico

Rafael Alberton - Assessor Técnico